



ESTADO, RISCO E COVID-19

verso e reverso de uma
experiência cartográfica

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Trabalho de Conclusão de Curso

Estado, Risco e Covid-19:
verso e reverso de uma experiência cartográfica

Larissa Bello Guedes

Porto Alegre
2020

Larissa Bello Guedes

Estado, Risco e Covid-19:

verso e reverso de uma experiência cartográfica

Trabalho apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Rosemarie Gartner Tschiedel

Coorientadora: Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

Comentadora: Paula Marques da Silva

Porto Alegre

2020

AGRADECIMENTOS

Se caminho até aqui, é porque muitas e muitos caminham comigo. Na impossibilidade de nomear tantos encontros, amizades e presenças que me acompanham e me inspiram no exercício da vida e da formação em Psicologia, deixo aqui o meu agradecimento a algumas delas que fazem desse percurso tão potente.

Aos meus pais, Lenise Bello e José Guedes. À mãe, pelo acolhimento na palavra e no abraço, pela sabedoria. Ao pai, por compartilhar comigo tantas leituras de mundo e a inconformidade que movimenta. Aos dois, pela transmissão, pelo amor, pela aposta nas minhas errâncias.

À Gislei, professora-amiga-orientadora que tanto admiro, pela amizade, pelo carinho e parceria no processo do TCC e em tantos outros que compartilhamos ao longo da graduação. Pela orientação sempre sensível, atenta e inventiva, mesmo em tempos virtuais/remotos.

À Rose, por ser inspiração no meu percurso, pelo acolhimento e presença constante e cuidadosa durante a graduação. Pelas trocas através da extensão, de disciplinas e supervisões, pela leitura atenta e pela cumplicidade na composição dos *riscos* deste TCC.

À Paula, pelas trocas em tempos pandêmicos que inspiraram a minha escrita e por ter aceitado o convite para habitar essas linhas.

Às amigas que a graduação me presenteou, Cléo Medeiros, Júlia Angelo, Fernanda Almeida, Aline Zimmerman, Mirela Pedrotti, Janaína Steiger, Giovana de Andrade, Vanessa de Vargas, Fabiano Ciochetta, pelo afeto, pela companhia, pelas marcas que deixam em mim.

Às minhas amoras Luiza Nascimento, Thanise Weinert, Amanda Costa, Maria Eduarda Ciocari, por serem carnaval, leveza e alento mesmo em tempos de respiração ofegante. Pelo amor, pelo cuidado e por tantos comuns.

A(o)s amigos desse e de outros tempos, Gabriela Vargas, Isabella Di Gesu, Vitor Locatelli, Danielle Soares, Isabel Flöther, Estevan Lemos, por terem acompanhado tantas versões de mim nas mutações da vida, por estarem sempre.

Às autoras, autores, professoras, professores, colegas, vidas e vozes que me fazem (ar)risar o pensamento e a palavra, e com quem escrevo este trabalho.

Ao modo SUS de produzir saúde, que me produz psicóloga.

RESUMO

Esse trabalho busca construir um campo problemático e analítico sobre o Estado e suas linhas de força na constituição de estados de ser, de governar e subjetivar no contemporâneo. Surge como cartografia a partir de afetações e experimentações da autora no encontro com as políticas públicas e com a pandemia de COVID-19 enquanto vetor que força uma ruptura no processo de escrita do TCC. Nesse percurso, a noção de “risco” permite enlaçar a macro e micropolítica das políticas de Estado e políticas públicas, bem como o processo de *riscar* e *arriscar-se* no movimento de pensar o Estado, transversalizando outros modos de viver possíveis.

Palavras-chave: Estado, Risco, Covid-19, modos de governar, subjetivação, cartografia;

SUMÁRIO

I.	(Ar)riscar um TCC em tempos mutantes	8
II.	Pistas para quem habitar estas linhas	13
III.	Verso e Reverso	15
	Primeiras pistas, primeiros riscos	16
	Riscos reversos, pistas reversas	17
	Encontros se perdem	18
	Vírus nos encontram	19
	Um modo SUS de produzir saúde	20
	Um vírus democrático	21
	Paradoxo do poder	22
	De quem se fala?	23
	Estado que (des)governa vidas	24
	Um contágio (neo)liberal	25
	A governamentalidade em questão	26
	Somos todes vulneráveis?	27
	Espaços em branco	28
	Tempos de guerra	29
	Não era uma guerra que ali se anunciava?	30
	A desigualdade grita	31
	Como sobreViver?	32
	Por onde anda a escuta?	33
	(Ar)riscar a norma	34
	Contar os silêncios, nomear os gritos	35

Riscado	36
Entre o comum e o cuidado	37
Movimentando fronteiras	38
Posição que ocupamos	39
Forças que precarizam	40
A vida voltou ao normal?	41
Como alguém pode ser contra isso?	42
Esse é o nosso último manifesto e ele pede socorro	43
IV. Cartografar um por-vir	44
Notas	48
Encontros bibliográficos	52

Pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim.

(Krenak, **autor indígena**, 2019, p. 13)

parte I

**(AR)RISCAR UM TCC EM
TEMPOS MUTANTES**

“É o despertar para um conjunto de problemas que a dificuldade de agir faz aparecer.” (Foucault, **autor branco**, 2003, p.339)

Esse TCC nasce nos caminhos trilhados na formação em Psicologia e nos movimentos da vida política brasileira. Surge como *cartografia*, pois diz de um percurso no qual um campo de problematização vai sendo construído a partir de práticas que são tomadas como afetações e experimentações no encontro com as políticas públicas e no *acontecimento* Covid-19. Aqui, tomo a noção de cartografia proposta por Barros e Kastrup (2015), [**autoras brancas**]: uma forma de pesquisar que acompanha processos sem ter um caminho traçado a priori, permitindo à cartógrafa deixar-se levar por um campo coletivo de forças, mergulhando nas intensidades do presente.

Assim, a pesquisa cartográfica se faz em movimento, acolhendo as contradições, enigmas e problemas que surgem no pesquisar, na abertura ao encontro com os acontecimentos que nos tomam. Foucault (2003), [**autor branco**], propõe que um *acontecimento* seja abordado como uma análise das relações de poder de um determinado contexto histórico, processo que o autor denomina como *acontecimentalização*: uma ruptura de evidências que coloca em xeque o nosso saber e nossas práticas. Habitar o acontecimento, portanto, é poder reencontrar conexões e jogos de forças ali onde parecia haver uma constante.

As primeiras pistas desta cartografia se localizam em 2018, ano de intensa ebulição política no cenário brasileiro, no qual a ameaça de um governo conservador torna-se uma realidade nos discursos, nas urnas e nas forças políticas em movimento. Nesse mesmo ano, me vejo tomada pela intensidade da experiência de trabalho em um serviço de saúde mental de Porto Alegre. Em meio a discussões, falas, cenas e encontros nesse serviço, começo a me perguntar como o Estado faz funcionar a política pública nesse momento histórico, ou ainda, que Estado é esse que nos governa na atualidade. Esses questionamentos enunciam incertezas, incômodos, incompreensões que me permitem acessar outras pistas, afetos e memórias, com os quais começo a compor a escrita desse trabalho.

Dentre essas questões, a enunciação do *risco* torna-se insistente nas práticas em saúde, constituindo uma pista duradoura para cartografar o campo problemático desse

TCC. Assim, a pista-risco associa-se à noção de *dispositivo* proposta por Foucault e desdobrada por Deleuze (1996), [autor branco]: um conjunto multilinear composto por linhas que seguem diferentes direções, traçando processos que estão sempre em desequilíbrio, podendo ser rompidas, bifurcadas e sofrer variações. Desmembrar as linhas do dispositivo é, portanto, um exercício de “*construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele (Michel Foucault) chama de ‘trabalho no terreno’*” (p. 84). Desse modo, a noção de risco como dispositivo permite criar um regime de visibilidade em práticas enunciativas, formas de exercício de poder e nos modos de subjetivar que dizem respeito a como se vive o Estado e os *estados de ser* na política de saúde brasileira.

Em meio a este questionamento e afetação do risco-dispositivo, somos contagiados pela experiência de uma pandemia. A força de um acontecimento macro associa-se à micropolítica dos encontros, dos afetos e fazeres da vida cotidiana, colocando em questão os modos de fazer e produzir, as relações de trabalho e consumo, o Estado, o capitalismo e os modos de adoecer. O acontecimento Covid-19, portanto, coloca em debate o risco de um modo de produzir a vida em sociedade, escancarando privilégios e evidenciando a *vulnerabilidade* do humano (Butler, 2015, **autora branca**).

Essa experiência força uma ruptura no processo de escrita e elaboração do TCC, produzindo um plano de afetações que pedem passagem. Torna-se impossível não acolher este momento na minha escrita, pois o contexto Covid-19 coloca em aceleração o movimento de problematização do Estado, do risco, dos estados de ser. No entanto, como tornar palavra algo que nos toma com uma intensidade tão desconhecida e tão presente? Como colocar-se em suspensão e experimentar o pensamento em um momento em que não vislumbramos um futuro, em que passamos a viver uma outra duração da vida, uma outra noção de espaço, de encontro, de produção?

A escolha por uma mudança de rumos e de estética deste trabalho surge como possibilidade para acolher essa experiência em articulação com as questões que já compunham o seu campo problemático. O TCC em andamento é afetado e contagiado por um processo de experimentação de outras formas estéticas, as quais produzem uma nova política de escrita. Assim, chega-se a uma composição de dois planos, “verso” e “reverso”: “verso” como plano da vida antes da pandemia, a vida que continuava sem o vírus; “reverso” como o plano da vida com a presença do vírus, que nos convida a outras análises e narrativas na composição com o que passou.

Depois de nos reconhecermos no jogo de forças desse acontecimento, como traçar uma cartografia? Aqui, aposto na noção de *esboço*, na (im)permanência do processo de escrita. No momento que esboçamos, trilhamos um caminho possível, cartografamos movimentos. No plano da vida, o esboço é tentativa de criação e por si só já pressupõe um *risco*, um inesperado que está por vir, um encontro possível com o papel/tela que não se sabe como se dará. O esboço pressupõe o livre riscar da criação, os riscos que formam uma trama, uma estética, um *conceito*.

Deleuze & Guattari (1993), [**autores brancos**], afirmam que um conceito não é simples, pois supõe a presença de componentes heterogêneos. Um conceito diz de uma encruzilhada de problemas em constante tensão que, invariavelmente, coloca-se em conexão com conceitos outros, possuindo um contorno – ainda que irregular – que o leva a diferenciar-se, salvando-o de perder-se no caos de associações infinitas. Por isso, pensar é um exercício perigoso, pois implica um plano de imanência, uma experimentação aberta ao caos, mas também tateante em busca de um traçado que provoque um corte neste caos, fazendo apelo à criação de conceitos sem perder os movimentos que possibilitam tratá-lo como objeto de um encontro. A escrita narrativa acompanhada de suas linhas ficcionais, assim como a analítica teórica, alimentam o texto. Assim, conceitos são forjados em um exercício que movimenta riscos, riscares e arriscares, conformando a questão que move o campo de problematização deste TCC.

Ao narrar, busco me aproximar da análise do Estado e de suas linhas de força na constituição de estados de ser em diferentes formas, compondo o que passo a chamar de *riscografia*. A riscografia percorre movimentos das seguintes linhas de análise do risco-dispositivo: 1 - Risco que se torna analisador das práticas de saúde, à medida que nos individualiza, fazendo operar uma norma de como ser; 2- Risco que intensifica a condição de vulnerabilidade, produzindo jeitos de viver arriscados; 3 – Risco que enlaça a macro e micropolítica das políticas de Estado e políticas públicas, que tanto pode produzir cuidado como também pode operar microfascismos e modos de controle sobre as vidas.

Para onde estamos indo? Quem estamos nos tornando? Seria possível pensar em linhas de fuga, em outros estados de ser e viver no contemporâneo? No movimento de cartografar essas questões, constitui-se uma linha transversal que inverte a noção de risco: (ar)riscar como exercício de criação de outros modos de governar e de experimentar a vida. Assim, riscografar o Estado na micropolítica de seus estados de ser pode nos

movimentar com a capacidade de transformação que as linhas do dispositivo contém em proveito de outros modos de vida que virtualizam a novidade do que vivemos e ainda não nomeamos.

cartografia

acontecimento, acontecimentalização

risco

dispositivo

estados de ser

vulnerabilidade

esboço

conceito

riscografia

parte II

**PISTAS PARA QUEM
HABITAR ESSAS LINHAS**



Me dirijo a quem cartografa comigo nos *riscos* que tramam esse TCC. A ti, leitora, leitor, ofereço algumas pistas que poderão te acompanhar nesse percurso. Começo situando desde onde me posiciono no tecido das diferenças que compõem os modos de ser e estar no mundo: sou mulher [**branca**], cisgênero, classe média, estudante de Psicologia. O que narro, portanto, parte desse lugar, de alguém que é atravessada pela branquitude, pela cisheteronorma e que está posicionada em uma trama de relações de saber-poder.

Essa primeira pista enuncia uma linha transversal que compõe este TCC: a tentativa de fazer ver e falar não só do meu lugar, mas também de quem escreve junto a mim. Para isso, serão utilizadas algumas estratégias que fogem à escrita acadêmica tradicional, de forma a criar regimes de visibilidade. Talvez quem habita comigo essas linhas encontre algumas intervenções na escrita, ou mesmo formas distintas e não convencionais do uso da linguagem em relação aos padrões hegemônicos da língua portuguesa. Peço que prestes atenção a sinalizações como **negrito**, [colchetes], ~~riscos~~.

Em relação aos planos Verso e Reverso, estes estarão diferenciados através das cores das páginas, em distintas tonalidades. Na leitura desta parte, sugiro algumas rotas possíveis: se quiseres, poderás ler Verso e Reverso em paralelo ou separadamente. Poderás começar pelo final, pelo início, pelo meio. A forma que essa parte está estruturada é apenas um efeito de como foi se constituindo o meu pensamento e as minhas afetações. É apenas um caminho possível. Que te sintas à vontade para tomar os caminhos que desejares.

Essas pistas falam, sobretudo de um exercício ético, político e estético que atravessa a metodologia deste trabalho e a posição de quem escreve. Te convido a compor esse exercício comigo, a assumir uma posição de cartógrafa, cartógrafo, cartógrafe no encontro com o campo de ressonâncias que produz este TCC. Assim, a ideia é que te sintas livre para caminhar por essas linhas como queiras. Que possas te arriscar em uma leitura viva e não-linear a partir do que te afetar através da minha palavra. Que a experiência de leitura deste TCC possa ser como uma conversa: comigo, com autoras e autores, com a multidão que habita essas páginas.

parte III

VERSO

E

REVERSO

Primeiras pistas, primeiros riscos

Setembro de 2018. [Em uma cidade latina de um país colonizado], a poucos dias do primeiro turno eleitoral para a presidência¹, uma manhã nublada de quinta-feira anunciava mais um dia de aflição e inquietude. A possibilidade de ascensão de um projeto de ultradireita confirmava-se diariamente nos levantamentos, nas pesquisas de intenção de voto, nas conversas e diálogos nos quais uma narrativa pessimista - ou realista? - sempre fazia eco. Eu oscilava entre cenários positivos e negativos. A força do imprevisível me tomava e, com ela, uma sensação de impotência, da qual buscava livrar-me à medida em que me arriscava a pensar em um desfecho não tão trágico para a trama que estávamos vivendo.

Ao subir as escadas de um serviço público de saúde mental, no qual trabalhava como estagiária, percebo que meus monólogos internos confundem-se com o tom alto das vozes que surgem do segundo andar. Ao entrar na pequena sala de reuniões, vejo-me paralisada frente a uma discussão acirrada. Estava em pauta o último encontro da Comissão de Saúde Mental, no qual fora informada a abertura de novas licitações para a construção de serviços CAPSi e CAPS AD (Centros de Atenção Psicossocial Infantil e Álcool e Drogas) terceirizados. Percebo a tensão pesando e tomando conta do espaço. Há uma polarização nas falas da equipe [branca]: muitas entendem que ceder à lógica privada poderia ser uma saída para a ampliação dos atendimentos, já que não haveria perspectiva de reverter os desmontes em curso, outras afirmam o caráter público a ser mantido. Estariam em lados opostos? Não estaria ali a microfísica de dicotomizar, dividir e afastar coletivos da construção de uma estratégia comum neste campo de forças que precariza o sistema público de saúde?

Em poucos minutos, a cena se desmonta - afinal, há tanta coisa pendente, o telefone convoca,

a secretária avisa,

o paciente pede,

a equipe exige,

a UBS solicita,

os laudos demandam

encontros se perdem.

Riscos reversos, pistas reversas

Fevereiro de 2020. **[Em um país colonizado]**, a poucos dias da retomada do ano letivo, uma tarde ensolarada de terça-feira anunciava mais um dia de folia. O Carnaval fazia sua passagem ligeira: um convite para retomar o fôlego antes de voltar à rotina para seguir performando a estudante-estagiária-quase-psicóloga em seu último ano de curso. A aglomeração de corpos em festa movimentava a sensação do tempo. Tempo que ora se alargava, ora se contraía, à medida que encontros e desencontros se davam. Imersa na intensidade da multidão, me pergunto o que havia de político nesse encontro vivo: o que pode uma aglomeração?

Meses antes do Carnaval, já circulavam notícias sobre um novo vírus que se disseminava na China. Algumas informações começavam a surgir nas redes sociais, nos telejornais e em mídias alternativas: um tal de *Coronavírus*², com sintomas semelhantes à gripe e de rápida transmissão. Ainda que se chamasse atenção para o risco de uma possível onda de contaminação durante as aglomerações carnavalescas, o vírus parecia estar longe de chegar ao Brasil. Contágio era só de folia e festa: em clima de Carnaval, o asfalto das capitais brasileiras não deixaram de tremer sob pés dançantes e a purpurina, os paetês e os glitters não deixaram de fazer brilhar corpos e superfícies.

Com a chegada do Coronavírus na Europa e nos Estados Unidos, notícias ganhavam cada vez mais visibilidade. A preocupação era com os brasileiros que viajavam para essas regiões e poderiam contrair o vírus. Os primeiros casos começam a ser registrados. O vírus chega no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre. No Moinhos de Vento. Na Bela Vista. No Petrópolis³. Os sintomas do vírus são respiratórios. Perde-se o fôlego.

Enquanto alguns profetizam a chegada de tempos apocalípticos, outros buscam denunciar os exageros de um desespero coletivo. Acompanhamos países europeus em estado de alerta: fechamento de fronteiras, quarentena obrigatória, corrida aos supermercados, caos generalizado, mortes e insuficiência dos serviços de saúde. Nas ruas de Porto Alegre, a movimentação e circulação costumeiras. A máquina ainda não parou de girar. Ainda nos encontramos. **Vírus nos encontram.**

Encontros se perdem

[em um país colonizado]

[numa cidade latina]

num serviço de saúde mental

numa sala vazia

numa mesa redonda

em uma cadeira

na qual encontra-se uma estagiária

tomada pela cena que acabava de presenciar. Nos últimos dias, muito se discutia sobre o “voto útil”⁴ enquanto tática para impedir a eleição de um certo candidato para a presidência, candidato este que não hesitava em afirmar a retirada de direitos, o ódio e a violência como projeto e forma de governar. O que estava em questão ali, naquela discussão, era também a disputa de “votos úteis” no campo das políticas de saúde.

Me pergunto: a opção por “votos úteis” estaria buscando assegurar as políticas públicas? Em que medida nos percebemos numa relação de poder com capacidade de sermos estrategistas, avançando, recuando e nos movimentando em um jogo de forças? Foucault (2012), [autor branco], nos diria: “o ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas” (p. 204).

A rapidez com que o silêncio toma conta daquele espaço, rompendo o ruído das vozes acaloradas, chega a ser violenta. Me sinto convocada a fazer o mesmo: abandonar a mesa circular, arrastar a cadeira e me encaminhar para uma das salas de atendimento, onde também ficaria sozinha, terminando uma das muitas evoluções que tinha acumulado para aquela semana, desvendando diagnósticos em laudos médicos ou mesmo tentando entender as caligrafias confusas contidas nesses mesmos laudos.

No entanto, algo me captura e rompe o fluxo da performance cotidiana de estagiária. Fico presa na cadeira, na mesa redonda e na sala vazia, mas também na duração daquela cena. Ali estava enunciada uma macro-micropolítica de um momento histórico: um exercício de Estado e de governo que ameaçava não só a existência daquele serviço, mas **um modo SUS de produzir saúde.**

Vírus nos encontram

Março de 2020. [Em uma cidade latina de um país colonizado], uma tarde chuvosa de segunda-feira anunciava um *acontecimento* que contagiaria a vida de todes pelos próximos meses. Ao entrar na ampla sala de reuniões de um serviço de saúde mental, no qual trabalhava como estagiária, sou invadida por um estranhamento ao perceber a forma que a equipe [branca] se reunia. Nas reuniões de segunda, o arrastar de cadeiras já fazia parte dos ruídos que compunham o encontro: na roda em torno da mesa retangular, sempre havia espaço para mais uma pessoa. No aperto, os corpos encontravam o seu lugar. Naquele dia, no entanto, a roda não se deu em torno da mesa. A sala estava tomada por cadeiras afastadas umas das outras. Ninguém se cumprimentou com abraços.

Na reunião, estava em pauta a possibilidade de suspensão das atividades de estágio devido a pandemia de Covid-19 que se disseminava pela cidade de Porto Alegre. Inquietas, esperávamos um posicionamento da coordenação do serviço: profissionais da equipe checavam constantemente seus celulares, faziam ligações, saíam e voltavam da sala com passos acelerados. Percebo a tensão pesando e tomando conta do espaço. Há uma polarização nas falas da equipe: muitas pensam que a suspensão das atividades presenciais seria mantida apenas por algumas semanas, outras apontam a impossibilidade de uma retomada presencial nos próximos meses.

A notícia vem como um decreto: o estágio e os atendimentos do serviço estavam suspensos por tempo indeterminado, por ordem da instituição. O círculo formado pelas cadeiras é desfeito. Entre ligações, conversas e despedidas, a sala começa a esvaziar-se. A rapidez com que o silêncio toma conta do espaço, rompendo o ruído das vozes acaloradas, chega a ser violenta. Me sinto convocada a fazer o mesmo: abandonar a mesa retangular, arrastar a cadeira e voltar para casa, onde ficaria isolada pelos próximos meses.

No entanto, algo me captura e rompe o fluxo da performance cotidiana de estagiária. Fico presa na cadeira, na mesa retangular e na sala vazia, mas também na duração daquela cena. Ali estava enunciada uma macro-micropolítica de um momento histórico: um vírus que ameaçava não só a saúde de quem fosse por ele infectado, mas um modo de produzir a vida em sociedade. Deveríamos nos isolar, pois estávamos todas em risco: profissionais, usuárias, trabalhadoras. Afinal, este era **um vírus democrático**.

Um modo SUS de produzir saúde

Setembro de 1988. [Em um país colonizado], toma forma um novo ordenamento da vida política e jurídica: uma nova constituição é aprovada após um longo período de resistência à ditadura civil-militar. Surge a Constituição de 1988 – ou Constituição Cidadã – considerada como um marco no processo de “abertura política”, que visava uma transição gradual de um regime militar para uma democracia em terras brasileiras.

Nessa Constituição, um enunciado movimentou os modos de governar que estavam colocados até então na história das políticas de Estado brasileiras: *“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”* (Brasil, 1988, art. 196). Esse enunciado torna-se não só um prenúncio de uma nova política de Estado – o Sistema Único de Saúde (SUS) – mas também de um novo modo de produzir saúde, com controle e participação social, firmado nos princípios de universalidade, integralidade e equidade.

“A saúde é um direito de todos” coloca-se como afirmação de uma condição de acesso que, até aquele momento, não estava dada. Antes do SUS, a assistência à saúde era garantida apenas a trabalhadores da economia formal beneficiários do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social). Os demais cidadãos, na impossibilidade de pagar por estes serviços, tinham que recorrer às instituições filantrópicas ou aos escassos serviços especializados mantidos pelos estados e municípios (Ministério da Saúde, 2002).

A afirmação da saúde como “dever do Estado” também coloca-se como novidade pois, antes do surgimento do SUS, o acesso à saúde não era considerado um direito universal, e sim um privilégio, ou mesmo uma ação de caridade. O jogo de forças de um momento histórico da vida brasileira se reorganiza, dando lugar a uma política de Estado que institui uma nova forma de governar a população. No entanto, através de seu caráter descentralizado, territorial e participativo, essa nova política de saúde se abre à possibilidade de escolhermos como queremos ser governados. Estaria o modo SUS evidenciando um **paradoxo do poder**?

Um vírus democrático

Março de 2020. Leio no portal de notícias⁵:

Por duas décadas, uma empregada doméstica [negra] trabalhou na casa de uma família no Leblon, no Rio de Janeiro. Para chegar a uma das áreas mais nobres da capital, saía do município de Miguel Pereira, na região serrana do Estado, e percorria mais de 100 quilômetros. De segunda a sexta-feira, ela passava os dias no apartamento da família para a qual trabalhava. Aos fins de semana, retornava para Miguel Pereira.

Na segunda-feira (16), conforme os familiares, a mulher – que era diabética e hipertensa – estava no trabalho quando começou a passar mal. Um parente foi ao local, chamou um táxi e a levou para um hospital público em Miguel Pereira, por volta das 18h. O primeiro diagnóstico apontou para infecção urinária. Na manhã seguinte, ela apresentou quadro de intensa dificuldade respiratória. Pouco depois, a família contou aos médicos uma notícia que havia acabado de receber: a patroa dela, de 62 anos, estava com Covid-19 (...).

O quadro logo piorou, a paciente não resistiu e morreu horas depois, no início daquela tarde. O exame que confirmou que ela havia sido infectada pelo vírus foi concluído somente dias depois, na manhã de quinta-feira (19). O caso foi o primeiro confirmado de morte por coronavírus no Rio de Janeiro. (...)

A patroa dela havia retornado recentemente de uma viagem para a Itália, país que enfrenta uma explosão de casos do novo coronavírus. Parentes da doméstica relataram à Secretaria de Saúde de Miguel Pereira que ela não sabia que a patroa poderia ter coronavírus, apesar de a mulher estar reclusa no apartamento desde que voltou da Europa. (...)

Desde a sexta-feira (13), a trabalhadora vinha se sentindo mal. No domingo (15), a situação piorou. Ainda assim, ela seguiu para o trabalho no dia seguinte (...). As suspeitas de que a mulher teria novo coronavírus cresceram logo que a patroa dela ligou para familiares da empregada e disse que havia contraído o vírus. (...)

"Por telefone, depois que a família nos informou sobre esse fato, a patroa dela confirmou que estava com o coronavírus (...), relata Camila Miranda, secretária municipal de Saúde de Miguel Pereira. A secretária afirma que não há informações sobre se a patroa dela sabia que estava com o coronavírus e manteve a funcionária em sua casa. A reportagem não conseguiu contato com a moradora do Leblon. Não há informações sobre o estado de saúde da mulher.

Qual mulher? De quem se fala?

Paradoxo do poder

Foucault (1979), [autor branco], afirma radicalmente a ideia de que nada escapa às relações de poder. Segundo ele, o poder funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos dos quais não existe um exterior ou fronteiras possíveis: não é algo que se possui, e sim algo que se disputa e se exerce em uma multiplicidade de relações de força. No entanto, o poder não se sustenta apenas em seu caráter repressivo e negativo. Foucault defende que o poder é rede produtiva que forma saber, produz discurso, constrói e movimenta regimes de verdade. Portanto, é na maleabilidade das relações de poder que a possibilidade de resistência se coloca.

Quando nos referimos ao SUS, nos deparamos com um modo de governar que surge como política de Estado e no qual um paradoxo do poder se atravessa. Mapeando as condições de possibilidade para o seu surgimento, percebemos um duplo estatuto: o SUS como um novo modo-governo e também como modo-resistência a uma forma anterior de governar na qual a saúde não estava colocada como direito universal.

Analisando a dimensão produtiva das relações de poder, nos permitimos pensar o SUS como a vetorização de um modo de se relacionar com a saúde, com o território e com uma política de Estado. Vetorizar diz respeito a constituir uma relação que produz subjetividade e modos de ser que se transformam e se abrem ao novo. Nesse sentido, ser governada e exercer poder são processos que não se excluem, e sim que se produzem mutuamente: somos subjetivadas e produzimos subjetividade; somos governadas e exercemos poder através do SUS. No entanto, o **modo SUS** de produzir saúde nos permite sermos ativas e inventivas nas formas que nos posicionamos nessas relações de poder.

É neste modo-governo e modo-resistência do SUS, através de um estágio de Psicologia, que questões pedem passagem. Um TCC começa a tramar-se, ainda tímido e encabulado, na intensidade dos encontros e questionamentos que me tomam. Uma professora-amiga oferece uma escuta ao tumulto de ideias e afetações que contornam a proposta de um trabalho final de graduação. Nesse percurso, a disputa entre privado e público e me convoca a pensar que exercício de Estado está colocado através das nossas práticas no encontro com uma política de Estado, uma política pública, uma política do comum. Como pensar um **Estado que (des)governa vidas?**

De quem se fala?

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a **liberdade**, a segurança, o **bem-estar**, o desenvolvimento, a igualdade e a **justiça** como valores supremos de uma sociedade **fraterna, pluralista e sem preconceitos**, fundada na **harmonia social** e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução **pacífica** das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de **Deus**, a seguinte **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL [COLONIZADO]**.” (Brasil, 1988, preâmbulo).

O vírus atravessou o Atlântico para disseminar-se no Brasil. Percorreu terras desconhecidas, porém já habitadas por populações que construíam a vida dita em sociedade. Foi importado pelas elites: os primeiros casos de COVID-19 surgiram, em sua maioria, de pessoas **[brancas]** de classe média/alta que retornavam de países europeus. Diziam que este era um vírus democrático: poderia atingir a todes igualmente, *sem distinção de qualquer natureza* (Brasil, 1988, art. 5º). Afinal, ao vírus não importa raça, classe, gênero. Ao vírus importa se reproduzir. Todes estão em *risco*: pessoas pobres, ricas, brancas, negras, indígenas, domésticas e empresários. Seriam todes *iguais perante a lei* (Brasil, 1988, art. 5º). Iguais perante o vírus. Iguais perante a democracia **[colonizada]**.

Assim como o vírus, o Estado Democrático toma forma através de complexas mutações nas relações de poder, nas quais a colonização se atravessa. Para **[o autor negro]** Mbembe (2012), a ordem democrática e a ordem imperial-colonial fazem parte de uma mesma matriz histórica: a democracia moderna necessita de “*um invólucro quase mitológico*” (p. 43) para dissimular a violência que lhe é intrínseca.

Ao nos referirmos a um “vírus democrático”, evidenciamos justamente a violência imposta por uma ordem democrática que carrega consigo a colônia. Operamos com um apagamento da diferença que nos constitui e que nos coloca riscos diferentes em um fato comum. Esse enunciado nos dá pistas sobre a noção de democracia que organiza o Estado brasileiro através de uma Constituição. Um Estado democrático tomado pelo **contágio (neo)liberal**.

Estado que (des)governa vidas

A que nos referimos quando falamos de um “Estado”? O Estado-gestão de Porto Alegre? O Estado-nação [colonizado] brasileiro? Falamos de uma relação de governo que disputa com o privado? O Estado está na ordem do público? Afinal, vemos a lógica neoliberal incidindo através das políticas de Estado para precarizar o público. No entanto, nesse campo de forças, a lógica privada encontra brechas e se reorganiza, atingindo as entranhas de uma política para ruí-la de dentro para fora.

Segundo Deleuze (2000), [autor branco], o pensamento precisa ser forçado a pensar. No momento em que, nas afetações de um estágio de Psicologia, o Estado torna-se questão para mim, construir um campo de problematização passa a ser não só uma possibilidade, mas uma urgência. Quando tomamos a experiência como catalizadora do pensamento, afirmamos o exercício do pensar não como processo que se dá somente através da razão, e sim do que nos afeta e nos movimenta. Nesse sentido, o caminho que tomo para pensar o Estado passa por uma escolha metodológica: fazer um movimento “por fora” dessa noção de Estado contemporâneo, buscando compreender as condições de possibilidade para o seu surgimento (Foucault, autor branco, 2008a).

O termo “estado” traz um certo tom de conformidade: aquilo que está e que toma forma. Estou aqui, cartógrafa, estudante de Psicologia, escrevendo um TCC. Temos também a noção de “Estado” enquanto um modo de governar um território e uma política de saúde. No entanto, diversas experiências de Estado incidiram sobre a história [ocidental]: Estados autoritários, Estados de bem-estar social, Estados neoliberais. O Estado é, portanto, atravessado por uma heterogeneidade de sentidos e arranjos de forças.

Minha aposta não só vai na direção de desnaturalizar o *conceito* de Estado, mas também de entender como nos tornamos sujeitos dele. Poderíamos então pensar que as relações de poder que conformam um Estado produzem *estados de ser*, ou seja, pontos móveis de produção de subjetividade que, assim como se territorializam – seja numa sujeita, em instituições, em modos de trabalhar, de ser – também encontram linhas de fuga. Na construção desse campo problemático, percebo que meus questionamentos não se encerram na noção de Estado, mas colocam a **governamentalidade em questão**.

Contágio (neo)liberal

Ao habitar um plano da vida com o Covid-19, vejo o problema do Estado ser recolocado com outros nuances. A intervenção estatal entra em questão através do conflito entre a proteção da vida em comum e a manutenção de um modo de produção capitalista que, embora sofra oscilações em momentos de crise, sobrevive através de uma rápida reorganização de suas linhas de força. Se o Estado é um efeito das relações de poder que estão sempre em variação, sujeitas a desvios e aproximações, de que forma ele se engendra com o capital?

Trindade (s/da), [autor branco], através da leitura de Foucault, [autor branco], explora esse questionamento colocando em análise o (neo)liberalismo na sua relação com o Estado. Se o liberalismo clássico apresenta uma negação da intervenção estatal, através da aposta em uma política de *laissez-faire*⁶, a reinvenção do neoliberalismo é justamente se apropriar do Estado como instrumento para a ampliação do capital. Os fluxos do mercado não são mais concebidos como processos espontâneos, autorregulatórios, mas construídos através de uma ordem implementada. A “liberdade neoliberal” necessita, portanto, de uma política ativa e vigilante por parte do Estado.

A análise proposta pelo autor diz de uma constante tensão entre público e privado que incide no seio da formação do(s) Estado(s) contemporâneos. É importante pensar que essas duas noções não estão dadas, e tampouco colocam-se em oposição, pois se produzem mutuamente. Isso nos permite atentar para a diferenciação entre uma política de Estado e uma política pública. Afinal, quando falamos de uma política de Estado, não necessariamente ela possui um caráter público. Aqui, tomo a concepção de Barros e Pimentel (2012), [autoras de racialidade desconhecida]: o público como plano balizado por lutas coletivas e espaço produção do *comum*, exercício de um modo de viver junto na diferença.

Portanto, vemos que o que está em jogo não é um Estado como estrutura dada, mas modos de governar a vida que entram em disputa. O (neo)liberalismo é uma dessas linhas a compor uma racionalidade de governo que atravessa não só os arranjos de Estado, mas também da(s) Democracia(s), incidindo nas subjetividades, produzindo lugares de poder e de mais ou menos vulnerabilidade. Afinal, somos todes iguais? **Somos todes vulneráveis?**

A governamentalidade em questão

Ao buscarmos um diálogo com Foucault (2008b), [autor branco], percebemos que a sua forma de pensar o Estado não busca desvendar uma essência ou uma verdade. O Estado, para ele, é nada mais do que uma forma provisória e errante, “*um efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas*” (p. 106). Para ele, mais importa analisar a *governamentalidade* do que o próprio Estado, pois essa análise permite acompanhar o movimento nos modos de governar e suas condições de possibilidade.

Foucault (2008a) define a governamentalidade como um conjunto de instituições, procedimentos e táticas que buscam exercer uma forma específica de poder que tem como alvo uma população. A noção de *população* surge como “personagem político” (p. 87) em um contexto [ocidental] de urbanização e consolidação das grandes cidades, passando a demandar uma nova economia do poder, diferente da exercida em um regime de soberania⁷. Nesse sentido, podemos pensar que o Estado moderno é *uma* dentre muitas possibilidades de a governamentalidade tomar forma.

Estando atento aos fluxos de governamentalidade, Foucault passa a identificar uma nova tecnologia de governo, a *biopolítica*, que opera através da racionalização de problemas postos pela população: saúde, higiene, longevidade, raças, etc. (2008b, p. 431). A biopolítica surge, portanto, no rearranjo das formas de governar que colocam a vida como questão. O problema de como governar uma população movimenta novos saberes, técnicas e disciplinas, que passam a produzir relações de (bio)poder, entre elas, a Psicologia.

A leitura de Foucault, uma das buscas insistentes de estudo para este TCC, me leva a pensar de que jogo de forças faço parte, de onde e com quem falo através da experiência, das leituras e dessas palavras. Estaríamos - enquanto psicólogas, pesquisadoras, profissionais da saúde - buscando preservar a “norma”, diagnosticando e patologizando estilos de vida considerados “desviantes”? Como nos situamos a partir das relações de (bio)poder que nos constituem neste campo do saber, em terras brasileiras [e colonizadas]? Urge a necessidade de colocar em questão o meu próprio encontro com este autor, passando a perceber, em sua análise - ou seria na minha análise - , certos espaços em branco.

Somos todes vulneráveis?

Butler (2015), [autora branca], afirma que a vulnerabilidade é condição do humano: para ser e (sobre)viver, afetamos e somos afetadas pelas pessoas, formando relações de co-dependência. A inversão que a autora propõe é de pensar a vulnerabilidade não como algo da ordem do individual ou da identidade, mas como um plano comum do que é vivo. Nesse sentido, a vida toma uma dimensão precária, pois estamos radicalmente expostas à imprevisibilidade do encontro com a outra.

No entanto, certas condições históricas, políticas e sociais têm produzido uma maximização da condição de vulnerabilidade para certos corpos, que encontram-se mais expostos à violência, à morte e violações de direitos. Assim, esse conceito não pretende ir ao encontro à noção de “igualdade” que atravessa as democracias modernas: a vulnerabilidade nos é comum, no entanto, coloca-se de forma diferenciada de acordo com as posições de poder que ocupamos. A aposta não está em nos tornarmos invulneráveis, pois vulnerável é a vida. A questão é como está socialmente distribuída essa vulnerabilidade e precariedade que nos constituem.

Não devemos, contudo, tomar a enunciação da vulnerabilidade como um lugar passivo ou como condição inevitável de certas populações (Demetri, 2018), [autor branco]. A vulnerabilidade proposta por Butler aciona uma potência política, forma alianças e produz resistência. É através de reconhecimento de uma vulnerabilidade comum que lutas são agenciadas, movimentando jogos de poder, produzindo subversões.

Com o vírus, os traços do convívio com as pessoas nos afetam pois, ao serem deixados em uma superfície - ou mesmo no ar - carregam a matéria viva que tem potencial de nos contagiar (Butler, 2020). A pandemia evidencia um “nós” e nos lança o dilema ético da responsabilização: afinal, sou responsável por mais alguém do que só por mim mesma? Pois quem “eu” sou não é nada sem o “você” que também me constitui: *“minha vida não é nada sem a vida que me excede, que se refere a algum ‘você’ indexado sem o qual eu não posso ser”* (Butler, 2015, p. 73).

No entanto, quem compõe esse “nós”? Esse questionamento passa por um ato de reconhecimento de quais vidas importam, vidas cujas perdas são lamentadas, enquanto outras não são. Quais são as vidas (não) passíveis de luto em **tempos de guerra?**

Espaços em branco

Setembro de 2019. O **silêncio** é profundo na Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da UFRGS, apesar de o ambiente estar tomado de estudantes **[brancos]** que ocupam os computadores ao meu lado. Tenho o arquivo do TCC aberto: um Docs com muitos comentários anexados, algumas perguntas destacadas em negrito e trechos retirados de artigos **[de autores brancos]** lidos recentemente. Olho para o relógio: 12 horas. Ao perceber estava ali sentada por duas horas, em frente ao computador e a um **esboço** de TCC, começo a sentir a visão cansada pela luminosidade **[excessivamente branca]** da tela e das luzes da biblioteca. Faço uma pausa. Ao retirar o celular do modo avião, sou surpreendida por várias mensagens da equipe **[branca]** do estágio, no Whatsapp. Alguns links, imagens e documentos trazendo atualizações sobre a construção de serviços de saúde terceirizados em Porto Alegre. Rolando a conversa para cima, encontro o link de uma reportagem⁸ **[de um militante de esquerda branco]**:

“É possível derrotar a guerra aos **[negros e]** pobres: Os partidos do campo democrático, devem estimular um amplo debate em torno saídas para **[o racismo]** ~~a crise social~~ que **[é estrutural no]** ~~atinge o~~ país”

O assassinato brutal da menina **[negra]** Ághata Vitória Sales Félix, **[8 anos]**, em uma ação policial no último dia 20, no Complexo do Alemão, causou indignação em diferentes setores da sociedade e promoveu um questionamento generalizado à política de **[genocídio]** ~~segurança~~ que vigora no Rio de Janeiro e na maioria dos estados **[de um país colonizado por brancos europeus que escravizaram povos africanos, acumularam riqueza, dizimaram povos indígenas, impuseram sua religião, destruíram terras, impuseram sua língua, embranqueceram a população, apagaram histórias, acessam as melhores universidades, sabem a origem de seus nomes, estudam filósofos brancos, leem autores brancos, têm aula com professores brancos, dividem a sala com colegas brancos, se formam com brancos, recebem um diploma branco]** brasileiros. Parece que, finalmente **[?]**, emergiu um sentimento majoritário — inclusive em parte da grande imprensa — de que a guerra às drogas está matando indiscriminadamente os **[os jovens e crianças negras]** moradores das favelas e que isso não é aceitável.

Olho de novo para o Docs. Meu olhar para em um trecho em destaque: “[*Em Foucault, autor branco*], o poder considerado como governo dos homens implica um deslocamento em relação ao modelo de relações de poder baseado na **guerra** e no direito, principalmente por acrescentar o elemento fundamental da **liberdade** em seu exercício.” (Caliman & Tavares, **autoras de racialidade desconhecida**, p. 936). Não era uma guerra que ali se anunciava?

Tempos de guerra

“Quatro meses de guerra”⁹

*“Operação COVID-19 já envolve mais militares
brasileiros que a Segunda Guerra Mundial”¹⁰*

“Covid-19 será a maior guerra da história do Brasil”¹¹

No cotidiano da vida em pandemia, fomos tomados pelo discurso da guerra: em mídias, conversas, notícias e pronunciamentos, a referência ao vírus como um “inimigo invisível” a interromper os circuitos da “normalidade”. Augusto (2020), [**autor de racialidade desconhecida**], afirma que a guerra é a racionalização de um teatro sangrento. Mesmo sujeita ao imprevisível, a guerra assume uma forma específica, um roteiro: objetivos definidos, um inimigo declarado, planos de ação, pessoas treinadas para matar, etc. Essa lógica volta-se, portanto, para as ações sanitárias frente a pandemia: o vírus torna-se o invasor a ser detido e exterminado.

Na trilha das provocações do autor, me pergunto: a quem o vírus declarou guerra? Toma-se como invasor um organismo vivo que nada pretende senão a sua própria sobrevivência e multiplicação. Um organismo vivo que surge através de condições colocadas por um modo de produzir a vida [**ocidental**], [**branco**], [**colonizador**], capitalista, que, por sua vez, invadiu e disseminou-se como parasita, sufocando outras construções possíveis de uma vida em comum.

Njeri (2020), [**autora negra**], em uma entrevista, define o ocidente enquanto eixo civilizatório construído a partir de valores éticos, estéticos e comportamentais que definem o seu existir no mundo. Historicamente, o ocidente sempre esteve sustentado pela lógica da dominação, colonização e destruição. Sua matriz de pensamento e de construção da vida é fundada na concepção do homem ocidental como sujeito universal “desbravador de mundos”, pela narrativa da guerra épica e heróica na qual há sempre a produção de um inimigo e de um “salvador”. O ocidente, portanto, se mantém vivo através de guerras a tudo o que coloca em tensão a sua supremacia. Na pandemia, cria-se um regime de visibilidade para estas relações. **A desigualdade grita.**

Não era uma guerra que ali se anunciava?

“A noção de biopoder será suficiente para designar as práticas contemporâneas mediante as quais o político, sob a máscara da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, opta pela aniquilação do inimigo como objetivo prioritário e absoluto?” (Mbembe, **autor negro**, 2017, p. 118). É a partir desta provocação – a qual surge no diálogo com Foucault [**autor branco**] – que Mbembe analisa o Estado contemporâneo regido pela lógica do *necropoder*. Em sua análise, os processos de imperialismo, colonização e escravização dos povos africanos são eixos centrais de uma tecnologia de governo que o autor nomeia como *necropolítica*.

O encontro com as leituras de Mbembe se faz urgente no momento em que um acontecimento escancara a realidade cotidiana de um país colonizado e racista – a morte de uma criança [**negra**], Ágatha Félix. Experimento na micropolítica de um TCC em esboço espaços em [**branco**]: uma bibliografia branca e silêncios reproduzidos pela branquitude que também me constitui. Não é possível falar de uma governamentalidade em terras brasileiras sem colocar o racismo como aspecto central nessa análise.

Foucault (2016) coloca que o dispositivo do racismo assegura uma função de morte na economia do biopoder, afinal, trata-se da morte do outro que não é a *norma* – branca e ocidental –, portanto, estaria a serviço de “fazer viver” esta própria norma, a qual estrutura uma concepção de raça, espécie e de humanidade a serem preservadas. No entanto, o autor não se debruça nas tecnologias políticas das relações entre Europa e outros continentes, mantendo o direcionamento de sua análise para o ocidente (Noguera, **autor negro**, Seixas & Alves, **autores de racialidade desconhecida**, 2019).

A partir da leitura de Foucault, Mbembe (2017) propõe a compreensão da política como uma forma de guerra, um campo de disputa que produz um lugar de morte para corpos historicamente marginalizados pelo ocidente. A guerra coloca-se como um meio para se atingir um lugar de soberania, no qual se exerce o poder de decidir quem pode e não pode viver. O *necropoder*, portanto, faz funcionar uma política de gestão de morte, a *necropolítica*, submetendo certas populações a condições de vida que as marginalizam e exterminam. Diferentemente da biopolítica, a *necropolítica* não se guia pelo governo de vidas normatizadas, mas sim pelo aniquilamento de determinadas vidas, vidas que não importam. **Como sobreViver?**

A desigualdade grita

O texto que regulamenta a emenda constitucional que amplia os direitos das empregadas domésticas, conhecida como “PEC das Domésticas”, foi publicado no “Diário Oficial da União” desta terça-feira (2) (...) e entra em vigor mais de dois anos depois da promulgação da PEC. Sete dos novos direitos (os mais polêmicos) foram regulamentados. São eles: adicional noturno; obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador; seguro-desemprego; salário-família; auxílio-creche e pré-escola; seguro contra acidentes de trabalho; e indenização em caso de despedida sem justa causa. [2 de junho de 2015]. Reportagem¹².

Em junho de 2020, leio¹³:

*Em meio à pandemia mundial do coronavírus, Mirtes Renata Souza não pode fazer isolamento social. A empregada doméstica [negra] não foi dispensada por sua patroa, Sarí Gaspar **Corte Real**, [branca]. Nesta terça-feira, [2 de junho de 2020] Mirtes precisou levar seu único filho, Miguel Otávio Santana da Silva, [negro], cinco anos, para o trabalho. Mas não voltou para casa com ele. A pedido da patroa, Mirtes foi passear com os cachorros da casa e deixou Miguel aos cuidados de Sarí. Imagens de um vídeo do circuito interno do prédio luxuoso em São José, centro do Recife, capital pernambucana, mostram que, minutos depois, Miguel e Sarí conversaram no elevador. A mulher, então, aperta um botão e a porta se fecha. O elevador para no 7º andar, mas Miguel só desce no 9º. Minutos depois, o menino escalou uma grade, na área dos aparelhos de ar-condicionado, que fica na ala comum do andar, fora do apartamento, e caiu. Sarí é esposa de Sérgio Hacker (PSB), prefeito de Tamandaré, litoral sul a 104,3 km de Recife. Ela foi presa em flagrante, mas, ao pagar fiança de 20.000 reais, responderá em **liberdade** por homicídio culposo (quando não há intenção de matar).*

Do alto do 9º andar, Miguel grita pela mãe, provavelmente vendo-a passear com o cachorro em via pública. Miguel perde o fôlego. Assim como a empregada doméstica [negra] da cidade de Miguel Pereira, primeira vítima do Coronavírus no Rio de Janeiro que, ao ser infectada pelo coronavírus, sofre de uma grave dificuldade respiratória. Da rua, Mirtes grita ao ver o filho caído no chão. O racismo estrutural grita. A supremacia branca grita. **Por onde anda a escuta?**

Como sobreViver?

Setembro de 2017. Chego em frente ao pequeno edifício que ergue-se timidamente em frente a uma larga avenida de Porto Alegre. Cinco minutos depois, surge Carla¹⁴ no primeiro portão. Atrás dela, sua mãe, Olga, balançando as chaves e segurando a porta para que Carla passasse para o lado externo do edifício. Cena costumeira das sextas-feiras, dias de Acompanhamento Terapêutico (AT)¹⁵ ou, como ela dizia, dos nossos “passeios”. O destino de hoje era Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS (Fabico). Com um tom impaciente, Olga pergunta a Carla se ela teria dinheiro para a passagem. Ela responde que sim, parecendo não se incomodar com o jeito que a mãe se dirige a ela. Nos despedimos e sigo com Carla para a parada de ônibus.

Carla, [branca], tem 43 anos e é ex-trabalhadora sexual. Havia morado em São Paulo por alguns anos, hoje mora em Porto Alegre com a mãe, que afirma constantemente sua impossibilidade de ter uma vida autônoma. Carla escuta vozes, vê orixás e corpos que a visitam cotidianamente. O discurso médico a enquadra como esquizofrênica. Carla é sempre associada ao *risco*: risco de sair de casa, risco de voltar à vida de “prostituta”, risco de ser tomada por suas visões.

Certa vez, Carla me contou, em tom de confissão, que sonhava em cursar Jornalismo. Disse que queria estudar para o Vestibular e me pediu para que a ajudasse. Acolhi o seu desejo e pensei que seria interessante levá-la para conhecer a Fabico, na UFRGS. Quando Olga soube disso, quis que eu abandonasse o trabalho com Carla, pois segundo ela, aquele não era o seu lugar.

Ao entrar no ônibus com Carla, fico observando a sua desenvoltura para se distanciar das pessoas que se espremem em pé em meio ao estreito corredor. Ela consegue um assento. Acompanho o movimento do seu olhar, que não se desprende da janela, buscando as formas da cidade que passam rapidamente pelo seu enquadre. Imagino Carla tomando o ônibus para mais um dia de aula na Fabico, sentada no mesmo assento a observar as ruas. Eu não questionava a possibilidade de Carla ingressar na Universidade, e sim se a Universidade estaria preparada para recebê-la em sua maneira singular de se comunicar e aprender. Qual seria o risco da Universidade acolher Carla em sua diferença? Qual o risco de (ar)risca**r a norma**?

Por onde anda a escuta?

Setembro de 2020. Recebo uma ligação de Miguel pelo Whatsapp. Olho para o relógio: eram 9h50. Ou ele se antecipou ou nossos relógios não estão sincronizados, penso. Aviso que em poucos minutos retornaria a chamada e arrumo rapidamente a mesa, movendo-a para perto de uma parede. Aquela seria a primeira vez que o veria depois de alguns meses entre encontros e desencontros por ligações de telefone. Miguel, 12 anos, [negro], foi o primeiro jovem que havia me vinculado no serviço de saúde mental no qual iniciava meu último estágio da graduação.

Retorno a chamada. Ele rapidamente a atende, posicionando sua câmera de forma a mostrar toda a amplitude do ambiente em que estava. Atrás de Miguel, uma parede verde, móveis, roupas e brinquedos espalhados. Atrás de mim, uma parede [branca], o enquadre da câmera a esconder algumas roupas espalhadas, uma calça de pijama, os furos no saber psi e as dúvidas sobre como produzir cuidado em saúde mental em tempos remotos. Dúvidas que ecoavam em mim, nas instituições, nos encontros com a equipe, nas conversas com as e os colegas.

No encontro com essas incertezas, lembro de Carla e dos vários não-saberes que me deparava quando a acompanhava. Lembro de sentir um estranhamento quando circulávamos pelas ruas que circundavam o edifício em que eu morava, a duas quadras de distância do seu. Lembro de ficar algum tempo em silêncio, sem resposta, quando, ao saber que eu morava ali, naquele prédio alto, perguntou se eu não poderia convidá-la para tomar um chá em minha casa. Acompanhá-la era como habitar uma uma corda-bamba, já que, apesar de produzir aberturas em seu cuidado, eu também estava ali agindo por uma linha de força do Estado e de um saber psi que sustenta relações de (bio)poder.

Como a posição que ocupava no prédio alto, meu lugar psi era também atravessado por gritos e silêncios, na premência de abertura por outras formas de escutar e cuidar. O encontro com Carla e Miguel exigia colocar em *risco* o saber que me constituía não no sentido de negá-lo ou recusá-lo, mas de fazer oscilar suas fronteiras. Me convocava a descer do prédio alto, habitar a rua, **contar os silêncios, nomear os gritos.**

(Ar)riscar a norma

Setembro de 2018. Em um serviço de saúde mental [de um país colonizado], uma equipe [branca] se reúne com um CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) de sua região. O espaço é apertado. Cadeiras são trazidas de outras salas para aqueles que ficariam de fora do círculo em torno da mesa redonda. Um bloco de boletins de atendimento, colocado sobre a mesa, espera para ser preenchido com os nomes de, pelo menos, 15 “casos” que seriam discutidos naquela manhã. Da estante repleta de pastas, arquivos e fichários – de diferentes cores, tamanhos e formatos – um caderno de registro de atas é apanhado às pressas para dar início ao ritual.

Uma das técnicas do CREAS retira uma lista de nomes de sua pasta. Por estar atrás dela, percebo que a cada caso discutido, um dos nomes da lista é riscado. Após 15 minutos e 5 nomes riscados, passa-se a discutir o caso de uma usuária [negra] em situação de rua, gestante, 3 filhos. No relato da equipe sobre esta usuária falava-se de uma *gestação de risco*. Nenhuma questão de saúde foi mencionada. A usuária não estava na faixa etária de risco para gestação, portanto, também não era disso que se tratava.

No emaranhado de vozes que disputavam espaço para tratar desse caso, a fala de uma das técnicas se sobressai: “*Não dá mais, tem que levar ela pra um posto de saúde e fazer uma injeção anticoncepcional. Ela precisa se convencer de que não tem condições de ter mais filhos*”. Pausa. Estranhamento. É a situação de rua que coloca a sua gestação em risco e a torna incapaz de cuidar dos seus filhos? O que está em jogo: os direitos reprodutivos da usuária ou uma impossibilidade de se pensar a maternidade no contexto da rua?

Esses questionamentos me acionam a memória da leitura-conversa com a intelectual e ativista [negra] Angela Davis (2016), que coloca em questão o atravessamento de um discurso racista na reivindicação do controle de natalidade pelo movimento de mulheres [brancas]. Nos primórdios do movimento, toma espaço a tese eugênica de que populações negras e pobres teriam a obrigação moral de reduzir o tamanho de suas famílias, de forma a não produzir mais “miséria”. Assim, passa-se a defender não o direito individual do controle de natalidade e planejamento familiar, mas sim uma estratégia racista de *controle populacional*.

Encerra-se a discussão e passa-se para o próximo caso. A usuária é registrada no boletim de atendimento. Na lista da técnica, seu nome é riscado.

Contar os silêncios, nomear os gritos

*Eram seis vítimas na notícia. Três mulheres. Não se conheciam, imagino. Duas foram descritas pelas doenças do corpo. A mais velha ganhou o título de “sem comorbidades”. Uma tinha 90, outra, 74, a terceira 71. Todas em Maceió, Alagoas.*¹⁶

*“Mais um óbito”, assim mesmo dizia a notícia. Parecia até ter impaciência nas palavras. Ainda concluía: “tinha comorbidades”. Nada mais, tudo era para ser. Mais uma e já predestinada. Nada sobre ela. Morreu aos 66 anos, em Jacareí, São Paulo.*¹⁷

*A prefeitura anuncia, diz a notícia: mais uma mulher sem comorbidades. Nada mais. Morreu aos 48 anos, em Lavras, Minas Gerais.*¹⁸

Em um perfil de Instagram¹⁹, fotos, ilustrações e colagens de mulheres **[negras]**, **[indígenas]**, **[brancas]**, lado a lado, a compor um relicário virtual. Através de fotografias antigas, algumas poucas linhas narram a memória de mulheres mortas na pandemia. Anonimizadas nas notícias, muitas são retratadas através de suas comorbidades, ou mesmo de números – a número 1, 22, 37 em tal cidade – segundo Diniz (2020e), **[mulher branca]**, idealizadora do projeto.

Em um site do governo federal, um painel com estatísticas do Covid-19. Abaixo do placar, um convite: “Painel Interativo²⁰: (...) conheça tudo sobre a COVID-19 de forma transparente e analítica. Acesse!” Acesso. 5.103.408 casos acumulados. 150.689 óbitos acumulados. 3% de letalidade. Atualizado em 12/10/2020 às 18h. Abaixo dos dados, um gráfico de “óbitos novos por dia de notificação”. Clico no gráfico e ele se amplia, como em um *zoom*. A estatística mensal torna-se semanal. Clico de novo. A estatística semanal torna-se diária. Clico mais uma vez. A estatística diária é dividida por horas. 290 óbitos registrados em até a meia-noite do dia 11/10/2020. Atualizado em 12/10/2020.

Mais um óbito. Já não é novidade. Um número, um dado, uma notificação. Com comorbidades ou sem comorbidades. A biopolítica faz das vidas estatísticas e taxas de câmbio, cálculos que sufocam a singularidade das vidas que se perdem. O enunciado do risco-comorbidade surge para justificar as mortes, mas vida insiste e **entre o comum e o cuidado**.

Riscado

Sou capturada pela afetação do *risco* no encontro com Carla, com a usuária gestante em situação de rua, com práticas e procedimentos que me atravessam enquanto agente no campo de forças de uma política de saúde. O risco toma lugar de dispositivo (Deleuze, **autor branco**, 1996) que permite “ver e falar” sobre as relações de poder que estão colocadas não só numa dimensão macropolítica do governo de uma população, mas também na micropolítica do cotidiano da formação em Psicologia.

Em Foucault (2000a), [**autor branco**], encontramos a noção de risco como uma das linhas que compõem as novas tecnologias de poder dos dispositivos de segurança²¹. Quando a população torna-se uma questão no campo da governamentalidade, novas técnicas de controle e vigilância passam a ser engendradas, produzindo uma racionalização das formas de governar. Surgem os processos de normalização, através de instrumentos e técnicas como o cálculo das probabilidades e a estatística. Diferentemente dos dispositivos disciplinares²² – os quais partem de uma norma do campo moral para docilizar e adestrar o corpo – os dispositivos de segurança passam a produzir a norma através da análise da população. É, portanto, na diferenciação entre normal e anormal, através da norma, que o risco passa a operar.

O que se mostra, não só na leitura de Foucault, mas na experiência com esta *riscografia*, é a impossibilidade de pensar o risco sem colocar em questão a norma que o sustenta. Surge uma dupla compreensão: uma sujeita está em risco à medida em que disputa com a norma mas, ao mesmo tempo, a própria sujeita coloca a norma em risco. Portanto, a noção de risco diz também de uma posição de enunciação, de quem e de onde se fala.

É essa a inversão que o dispositivo-risco produz: a possibilidade de colocar a norma em questão para (ar)risca outros *estados de ser* possíveis. Como pensar a universidade na relação com a loucura? Como pensar e maternidade na rua? Encontramos brechas na universidade, na política de Estado, ou teríamos que construir *outra coisa*? Ao criarmos regimes de visibilidade com essas mulheres colocadas no lugar de risco, nos deslocamos: produzimos, riscamos, (ar)riscamos e esboçamos linhas de fuga nos modos de trabalhar, de intervir, de construir uma política pública. Nos tornamos estrategistas, avançando, recuando, **movimentando fronteiras**.

Entre o comum e o cuidado

Habitar o *acontecimento* Covid-19 é estar em constante atravessamento pelo enunciado do *risco*. No entanto, pensar o risco nesse plano da vida exige uma atenção às variações que este assume. Se o risco faz ver e falar sobre relações de governo e vigilância dos corpos, ele também pode ser tomado pela via da relação de cuidado. O Covid-19 nos convoca a esse exercício: não nos colocamos em risco para protegermos uma coletividade, cuidamos de forma diferenciada de quem está no lugar de maior risco – pessoas idosas e/ou com doenças crônicas, crianças, gestantes. Vemos, portanto, o risco se derivando, assumindo outro enunciado na relação com o cuidado e com o comum, ou mesmo em um *cuidado com o comum*.

Segundo Mbembe (2017), [autor negro], a relação de cuidado passa por um reconhecimento da vulnerabilidade que nos constitui. Ao reconhecermos e aceitarmos que viver é sempre viver em exposição, inclusive à morte, possibilitamos a elaboração ética que acompanha a produção do cuidado. Aqui, entende-se o cuidado não apenas na dimensão da intervenção, mas como uma ética da vida e também da morte. Afinal, para cuidar da vida, precisamos cuidar do luto. Se vidas importam, mortes também importam.

Os processos de colonização e de privatização da vida produziram e produzem “políticas de inimizade”, termo que nomeia a obra de Mbembe (2017). O discurso da guerra, o racismo estrutural, o genocídio e a lógica individualista criam relações de violência que se tornam intrínsecas ao eixo de civilização ocidental, constituindo uma política da inimizade. Ao mesmo tempo, segundo o autor, a democracia (liberal) passa por enormes dificuldades para sustentar o seu valor como fundamento de um mundo em que temos em partilha. Assim, romper com a inimizade nos exige romper com o Ocidente violento que nos habita.

Mbembe (2017) sinaliza que a democracia vindoura nascerá na distinção entre o “universal” e o “em comum”, em um exercício coletivo do cuidado não só com o humano, mas com tudo o que habita esse mundo. Portanto, enfrentar as políticas de inimizade nos convoca a uma radicalidade no enfrentamento ao racismo, à desigualdade, ao especismo, a tudo o que nos impossibilita a construção de um plano comum da vida. Um exercício que exige pensar que “políticas de amizade” queremos e as implicações que esta escolha traz para a **posição que ocupamos**.

Movimentando fronteiras

Agosto de 2019. Chegando ao estacionamento do Planetário, me junto a uma das colegas que se refugiava em uma sombra. Hoje seria a primeira saída de campo da disciplina de Práticas Integradas em Saúde²³, onde conheceríamos as unidades de saúde que estaríamos vinculadas nos próximos meses, junto aos nossos grupos de tutoria. O dia é quente em um início de primavera. Aos poucos, outros colegas chegam e passam a formar uma aglomeração embaixo das poucas sombras disponíveis, à espera do transporte que nos levaria aos nossos destinos.

O micro-ônibus parte tomando caminhos já percorridos por mim. Sentada à janela, acompanho os movimentos do trajeto plano, previsível, com poucas curvas e inclinações. Deixamos um dos grupos de tutoria em sua unidade de referência e o micro-ônibus toma uma curva. Nesse desvio, me vejo em zonas desconhecidas. O contraste entre as formas da larga avenida que deixávamos para trás e a estreita e inclinada rua gritavam aos olhos. Depois de algumas curvas, retornos, altos e baixos, descemos em frente a uma estreita passagem que o micro-ônibus não conseguiria acessar. Era preciso fôlego para percorrer a subida íngreme até chegarmos à unidade.

Pequenas casas se erguiam em encostas. Comércio locais e mercearias recebiam o entra e sai de pessoas que se cumprimentavam, que conversavam, que pareciam não estar de passagem, mas ancoradas naquele espaço e naquele tempo. Senhoras idosas, crianças e jovens subiam e desciam rua inclinada sem esforço. Fios de eletricidade riscavam o céu azul, formando redes que ora se aproximavam, ora se afastavam. Cães nos acompanhavam no percurso até a Unidade, assim como os olhares dos que passavam, atentos ao grupo de 10 pessoas **[brancas]** desconhecidas vestindo coletes azuis. Coletes que nos vestiam e nos posicionavam nas redes de poder que se (ar)riscavam naquele território.

No alto da rua inclinada, surge a unidade: uma casa não muito diferente das que a circundam. Usuárias e usuários entram e saem, alguns permanecendo em frente ao serviço, sem parecerem ter alguma demanda específica, simplesmente habitando um lugar de encontro. Antes da primeira saída de campo, havíamos escutado que aquela era uma zona de risco, uma zona (ar)riscada, precária. Talvez ali se (ar)riscasse uma outra forma de estar na cidade, uma outra forma de produzir saúde. Talvez seja justamente esse o alvo das **forças que precarizam.**

Posição que ocupamos

Agosto de 2020. Chegando à plataforma virtual, ativo minha câmera e sou enquadrada por uma forma retangular ao lado de uma colega que também tinha sua câmera ligada. Hoje seria o primeiro encontro de Ensino Remoto Emergencial (ERE)²⁴ em uma das disciplinas da Universidade, no qual discutiríamos estratégias e possibilidades para dar continuidade ao semestre enquanto não houvesse uma retomada das aulas presenciais. O dia é frio em um final de inverno. Aos poucos, outros colegas chegam e passam a compor uma aglomeração de formas retangulares alinhadas, lado a lado, tomando todo o espaço da tela.

Sentada em frente ao computador, acompanho os movimentos dos micro-enquadres. Rostos se movem e cenários de fundo surgem à medida que câmeras são manipuladas: paredes brancas ou coloridas, janelas, móveis, estantes, livros, presenças outras. A luminosidade incide formando sombras, formas e ocultando alguns rostos na contraluz. O contraste dos enquadres cotidianos incide sobre um encontro comum e gritam aos olhos. Os olhos gritam pedindo descanso depois de algumas horas pousados sobre a tela.

Me vejo em zonas desconhecidas: que plano da experiência é esse que habito? Tomada por tantos detalhes das vidas que ali se encontram, sinto dificuldade de me concentrar: a possibilidade de pousar a visão em apenas um dos pequenos retângulos parece impossível. O tempo parece se arrastar. A cabeça dói. O pensamento devaneia e busca, na memória viva, o ruído cotidiano dos tempos em que microfones não precisavam ser desativados. O encontro termina sem conversas de corredor. Sem encontros despreziosos no elevador. Sem o arrastar das cadeiras e os passos que anunciam a transição entre um espaço e outro.

Do alto do 9º andar [de um edifício de classe média], contemplo a vista estática e cotidiana: um prédio imponente no canto esquerdo; outro, mais distante, no direito. Envolvendo as duas construções, e como para cultuá-las em silêncio, casas, edifícios e outras construções baixas, em diferentes planos. Coloco o tronco para fora da janela, buscando observar o movimento nas ruas. Sou surpreendida ao ver as calçadas tomadas por uma circulação atípica: pessoas que vem e vão, caminham, entram e saem de lojas e comércios. Sou tomada por um estranhamento. **A vida voltou ao normal?**

Forças que precarizam

Setembro de 2019. Leio em uma reportagem²⁵: *O prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Junior, disse, nesta sexta-feira (11), que "quer levar médico e atendimento de rico para os pobres, periferia e comunidades". "Queremos levar o Moinhos de Vento, o Mãe de Deus, a Santa Casa e o Cardiologia para as vilas", listou o prefeito, citando as referências de serviços privados no setor na Capital, ao falar ao programa Esfera Pública da Rádio Guaíba.*

Marchezan apontou o modelo e padrão de atendimento que seria buscado por meio das mudanças na gestão da saúde pública que apontam para terceirizações, com busca de prestadores.

O prefeito também afirmou que a greve dos trabalhadores do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (Imesf)²⁶ é "absolutamente ilegal". A paralisação de três dias, até esta sexta-feira, tenta impedir demissões dos quadros do Imesf, que teve a extinção determinada em julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Ainda não houve ato administrativo de extinção do Imesf. Não houve reflexo prático na vida (dos trabalhadores) até o momento", disse o prefeito durante a entrevista. Ao comentar sobre a manifestação, justificou que "negar atendimento à população não vai mudar a decisão do STF".

Segundo Marchezan Jr., os planos da prefeitura vão trazer a qualificação do atendimento privado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Na entrevista, disse que pretende "levar o atendimento do Moinhos de Vento à periferia". "Como alguém pode ser contra isso?", indagou o prefeito.

Ao ser pressionado para responder quando o atendimento das unidades de saúde será normalizado, o prefeito afirmou que o município pode "demitir (os funcionários) por justa causa". (...)

Durante a segunda parte da entrevista, os funcionários do Imesf se reuniram em frente ao estúdio da Guaíba para protestar as afirmações do prefeito Nelson Marchezan Junior. Os manifestantes pediram que um representante fosse entrevistado junto ao prefeito, mas a emissora não atendeu ao pedido, com a justificativa de que os sindicatos já foram ouvidos em outras edições do Esfera Pública.

Os trabalhadores do Imesf estão em greve geral desde a última quarta-feira (9). (...). Os protestos começaram no dia seguinte à decisão do STF, que considerou o instituto inconstitucional e vai gerar a demissão de 1.840 pessoas.

"Como alguém pode ser contra isso?"

A vida voltou ao normal?

Julho de 2020. Leio em uma reportagem²⁷: *O prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr., afirmou em videoconferência nesta sexta-feira (31) que irá iniciar um planejamento junto às entidades empresariais para discutir a flexibilização nas restrições impostas às atividades econômicas. No entanto, o prefeito alertou que essas novas medidas só serão tomadas se a cidade apresentar uma redução de demanda de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e na circulação de pessoas.*

"Duas semanas atrás fizemos uma proposta de fechamento mais agressivo e uma restrição maior. A gente poderia iniciar a liberação semana que vem, mas não conseguimos o apoio integral, que vimos hoje nos times de futebol para essa ideia de isolamento. Então, semana que vem a gente vai começar a discutir com as entidades empresariais pra fazer um planejamento de diminuição de restrições", disse Marchezan, que reforçou que a flexibilização só ocorrerá "se a demanda por leitos de UTIs não aumentar e se a circulação de pessoas diminuir ou não aumentar o suficiente pra pressionar os hospitais na cidade".

Nas redes sociais, o prefeito detalhou que as primeiras reuniões para a elaboração do planejamento serão com os setores da indústria, comércio, serviços, construção civil, alimentação, hospedagem, supermercadistas, shopping centers, transporte, religiosos e imprensa. A retomada gradual das atividades deve ocorrer pelos próximos 60 dias.

A manifestação ocorreu logo após o prefeito anunciar a liberação de duas partidas de futebol, do Grêmio e do Inter, a serem realizadas neste domingo no Beira-Rio e na Arena. A mudança nos protocolos, segundo ele, acontecem devido a redução de 3% na ocupação de leitos nos hospitais da Capital.

Nesta sexta-feira, o Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região (Sindhá) encaminhou uma carta ao prefeito Nelson Marchezan pressionando pela reabertura das atividades. "Este é o nosso último manifesto e ele pede socorro", consta no documento, que ainda destaca a "situação insustentável" enfrentada pelo setor.

No texto, assinado pelo presidente Henry Chmelnitsky, a entidade reitera que "desde o início do enfrentamento da pandemia, buscamos dialogar, propor e construir saídas possíveis para o atual momento, mas a falta de previsibilidade e a incerteza de decisões com a qual tivemos que conviver nos gerou um índice enorme de desemprego e falência das empresas".

"Este é o nosso último manifesto e ele pede socorro".

“Como alguém pode ser contra isso?”

Setembro de 2019. Deço do micro-ônibus e percebo que havia esquecido de vestir o colete azul. Tento procurá-lo na mochila enquanto caminho pela rua inclinada e, com alguma dificuldade, consigo encontrá-lo. Visto o colete às pressas para alcançar o grupo que já estava um pouco mais afastado, próximo à unidade. Não demoro para alcançá-los, pois todos caminham devagar: parecia haver pouco fôlego não só para a subida inclinada, mas também para a intensidade dos últimos acontecimentos. Ao me aproximar da unidade, sou tomada por um estranhamento. Como num *déjà-vu*, tenho a sensação de que algo do que estava vivendo naquele momento se repetia.

Ao subir as escadas de uma unidade de saúde, com a qual estava vinculada através de uma disciplina da Universidade, percebo que meus monólogos internos confundem-se com o tom alto das vozes que surgem do segundo andar. Ao entrar na pequena sala de reuniões, vejo-me paralisada diante de uma discussão acirrada. Estava em pauta a extinção do IMESF e a ameaça de privatização dos serviços de saúde em Porto Alegre. A unidade é inteiramente vinculada ao IMESF, portanto, com a demissão dos trabalhadores, o serviço seria fechado. Entre o ruído das vozes que tomavam o espaço, discutia-se formas de mobilizar a comunidade e impedir o projeto de desmonte defendido pela Prefeitura.

Uma das vozes a disputar com a discussão era a do prefeito, que ecoava através do celular de uma agente comunitária. Naquele exato momento, o prefeito dava uma entrevista ao vivo para uma rádio da cidade. “*Como alguém pode ser contra isso?*”, pergunta, ao argumentar a favor do “novo modelo” de saúde que seria implantado em Porto Alegre. Me pergunto: por que o prefeito não pensou na possibilidade do **modo SUS** ensinar o Hospital Moinhos de Vento? Por que o SUS é que teria que “aprender” com o hospital privado?

Me vejo experimentando, no encontro vivo com um território de Porto Alegre, a duração dos questionamentos que me levaram a produzir um TCC. O conflito entre público e privado se atualiza, tomando forma em um *acontecimento* que já vinha sendo produzido por um emaranhado de condições de possibilidade. Sou invadida por um questionamento: quais condições de possibilidade estão se produzindo aqui, nesse tempo, nesse encontro, nessa escrita? **Para onde estamos indo?**

Esse é o nosso último manifesto e ele pede socorro

Setembro de 2020. Abro o link de uma reportagem²⁸: “24 de setembro de 2020. Trabalhadores vinculados ao IMESF realizam, na tarde desta quinta-feira (24), um protesto no centro de Porto Alegre. O ato é uma resposta ao começo das notificações de demissões na saúde básica, um ano após o anúncio da extinção do instituto. (...) Os servidores se reuniram em frente ao Paço Municipal após coletiva de imprensa em que o secretário de Saúde, Pablo Stürmer, noticiou também a transferência de gestão de mais 61 postos de saúde a instituições privadas até novembro.”

Abro o arquivo do TCC. De uma em uma página, circulo entre palavras que enunciam vozes a pensar comigo. Entre links, reportagens, abas, parágrafos e arquivos, traço caminhos possíveis. Caminhos que exigiam um outro tipo de fôlego, um outro tipo de cognição. Tomada pelas provocações do pensamento que se movimenta em rede, o impulso da escrita toma forma. Paro no final da primeira página. A visão cansa e pede pausa. Uma página: talvez fosse o possível de se escrever nesse momento.

As dores no corpo anunciam o desejo de uma circulação outra. (Ar)risco sair para a rua. Busco as chaves e o casaco. Chamo o elevador. Ao fechar a porta, percebo que havia esquecido de colocar a máscara. Volto a abrir a porta às pressas para buscá-la, enquanto o elevador ainda está vazio e parado no 9º andar. Ao sair do edifício, sou tomada pelo ruído das ruas [de um bairro de classe média]. Carros aceleram pela larga avenida. Pessoas circulam com passos apressados. Na porta de vidro de um grande estabelecimento, um aviso: “Devido às flexibilizações da Prefeitura, estamos voltando ao funcionamento normal!”. Lembro da fala do prefeito no ano passado: “*Como alguém pode ser contra isso*”? Afinal, a saúde – privada? – deveria ser salva! A economia deve ser salva! A saúde da economia deve ser salva!

Caminho por mais algumas quadras. Aos poucos, as pequenas casas deixam espaço para que prédios altos disputem o céu. Com o olhar distraído para cima, imagino quantos andares teriam aqueles prédios. Nove andares ou mais. Em uma fração de segundo, sinto o corpo cambalear ensaiando um tropeço. Havia um desnível entre uma lajota e outra. Ainda um pouco desorientada, sigo caminhando. Na quadra, a placa a indicar o nome da rua: Coronel **Corte Real**.



parte IV

**CARTOGRAFAR
UM POR-VIR**

Quando você sentir que o céu está ficando muito baixo, é só empurrá-lo e respirar. (Krenak, **autor indígena**, 2019, p. 14)

Outubro de 2020. Saio da sala virtual e encontro o silêncio. Abro o arquivo do TCC que descansava em uma das abas do navegador. Alguns links de textos em destaque e alguns parágrafos soltos a esperar por palavras que os costurem. Um dos artigos me convidava à leitura. Começo a lê-lo. Ao chegar ao final da primeira página, uma autora é citada. Lembro que havia visto algo daquela autora em um outro artigo já lido. Talvez fosse interessante ler de novo. Abro o outro artigo. Leio uma página. Em um dos parágrafos, um link de uma reportagem. Abro a reportagem. Percebo que o Instagram está aberto em outra aba, com um post que recém havia lido. Mas os outros textos daquele perfil também me chamam. Começo a ler um deles. Um outro perfil é citado. Vou até ele. Mas peraí: *como cheguei até aqui? Para onde estou indo?*

Essas são as perguntas que ecoam entre verso e reverso, entre dois planos da experiência que costuram sentidos, dúvidas e possíveis, anunciando um futuro incerto no qual a vida (ar)risca um outro lugar com o Covid-19 e com o que ainda está por-vir. O percurso deste TCC foi um exercício de acolher o provisório e o impermanente estando imersa na intensidade de um percurso de formação em Psicologia e no *acontecimento* que experimentamos. Foi também um exercício de encontros com vozes, vidas e enunciações que produziram e movimentaram a escrita e o pensamento. Afinal, não escrevo sozinha. Escrevo através de muitas vozes: vozes que têm nome, lugar, raça, gênero e uma posição nas relações de poder. Escrevo com vozes que gritam e silenciam.

O desfecho dessa escrita não é um fim, e sim um enquadre temporário, uma aposta em seguir cartografando versos e reversos no encontro com experiências e afetações que enunciam estados de ser, governar e subjetivar no contemporâneo. Cartografar – ou riscografar – implica em estarmos no campo das relações de poder em que nada está dado. Portanto, cabe a nós reconstruirmos constantemente os conceitos que colocamos em análise. Que Estado, que Democracia queremos construir? Ou queremos romper com esses conceitos para criar *outros*?

Afinal, talvez o que cartografo hoje seja o verso de um reverso futuro. Ao habitar um acontecimento, habitamos um campo de possibilidades e disputas. O quanto nos apropriamos desse exercício? O quanto conseguimos nos perceber em *outra coisa*, nos

tornando *outra coisa*? Cartografando as mutações da vida, exercitamos uma outra temporalidade de quem nós somos, nos (ar)riscamos a um encontro com o tempo que foge ao plano cronológico.

Assim, se nos perguntamos para onde estamos indo, cabe também nos perguntarmos até onde já fomos. Nos movimentos deste TCC, surgem pistas que sinalizam os constantes (re)arranjos das linhas de força que produzem a vida com o Covid-19. No exercício com o *risco*, passamos de uma relação de vigilância constante para a construção de acordos. Acompanhamos o surgimento de novas normas, novos procedimentos, novos saberes, novos discursos, novos modos de cuidar, novos *estados de ser*. O “novo normal” é a normalização da vida acionada pela regulação fina da biopolítica.

Nos riscos e (ar)riscares desse porvir, a guerra não será ao vírus, como afirma Mbembe (2020), [**autor negro**], mas a tudo que submete a vida a uma respiração difícil e ofegante: a necropolítica, o racismo estrutural, a cisheteronorma, o patriarcado, o ocidente colonizador, o modo de produção capitalista, o genocídio de vidas negras e indígenas, a destruição do meio ambiente. Aqui, toma-se a respiração na ordem do comum e do direito à existência. Assim, afirmar o direito à respiração é afirmar o comum que queremos construir.

The background of the page is a complex marbled paper pattern. It features a mix of light and dark grey tones, with swirling, organic shapes that resemble water or stone. The pattern is dense and textured, with various shades of grey and white creating a sense of depth and movement. The overall effect is a classic, artistic paper design often used in book covers or endpapers.

NOTAS

¹Aqui me refiro às eleições presidenciais do Brasil, que ocorreram em outubro de 2018.

²Os Coronavírus são uma família de vírus comuns em muitas espécies animais. O novo Coronavírus, SARS-CoV-2, é o vírus causador da Covid-19, doença que apresenta um espectro clínico que pode variar desde quadros assintomáticos até infecções respiratórias graves (Ministério da Saúde, 2020).

³Moinhos de Vento, Bela Vista e Petrópolis são considerados bairros nobres da cidade de Porto Alegre.

⁴Voto útil - ou voto tático - é uma estratégia na qual se analisa a viabilidade eleitoral da pessoa candidata, assim se garante que o voto não será “desperdiçado” em uma candidatura com poucas chances de vitória (Opus, s/d).

⁵(Lemos, 2020)

⁶Em tradução literal, *laissez-faire* significa “deixe fazer”, enunciado que tornou-se símbolo do liberalismo econômico, em alusão à não-intervenção do Estado na economia (Politize, 2020).

⁷Na concepção foucaultiana, a soberania é uma tecnologia de poder que se constitui de modo transcendente, trabalhando em um espaço recortado do mapa, com fronteiras definidas. O soberano é visto como ser único e individual, enquanto a massa do povo é concebida como uma homogeneidade (Trindade, s/d).

⁸(Medeiros, 2019)

⁹(Galvão, 2020)

¹⁰(Asas, 2020)

¹¹(Nicolelis, 2020)

¹²(G1, 2015)

¹³(Vasconcelos, 2020)

¹⁴Os nomes utilizados neste trabalho foram ficcionados para preservar a identidade de pessoas acompanhadas por mim.

¹⁵O Acompanhamento Terapêutico (AT) é uma ferramenta clínico-política de atenção em saúde mental que acompanha a perspectiva do cuidado em liberdade, buscando inserir a loucura nos espaços urbanos e tecer novas possibilidades de vida a sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade psicossocial. O desafio do acompanhante é, no lado-a-lado, a partir de um vínculo amigável com a pessoa acompanhada, potencializá-la em sua singularidade, fortalecer sua autonomia, sua conexão com a cidade e com seu território, buscando inseri-la em uma rede de atenção psicossocial.

¹⁶(Diniz, 2020a)

¹⁷(Diniz, 2020b)

¹⁸(Diniz, 2020c)

¹⁹(Diniz, 2020d)

²⁰(Ministério da Saúde, 2020b)

²¹Os dispositivos de segurança atuam de forma centrífuga, tendem a se ampliar, integrando novos elementos, novos saberes, desenvolvendo circuitos de poder cada vez mais amplos (Foucault, 2008a).

²²Já os dispositivos disciplinares são centrípetos: isolam, concentram, atuam no corpo individual, circunscrevem um espaço no qual funcionarão plenamente (Foucault, 2008a).

²³Práticas Integradas em Saúde é uma disciplina eletiva comum a todos os cursos de saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi instituída dentro de uma proposta de integração intercurricular e de formação interprofissional no âmbito do SUS. Através desta disciplina, estudantes da saúde tem a oportunidade de vivenciar o trabalho multiprofissional em cenários de práticas da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Porto Alegre.

²⁴Ensino Remoto Emergencial (ERE) é uma modalidade de ensino utilizada em situações emergenciais que envolvem o afastamento geográfico entre docente e discente. Foi

adotada em diferentes instituições educacionais na pandemia de Covid-19 para dar continuidade às atividades acadêmicas/escolares. Envolve o uso de ambientes virtuais de aprendizagem, plataformas de videoconferência, entre outros recursos.

²⁵(Soprana, 2019)

²⁶O IMESF é uma Fundação Pública de Direito Privado que visa a implantação de equipes de Saúde da Família no município de Porto Alegre. Devido à sua natureza jurídica e administrativa, profissionais vinculados à instituição são concursados, porém trabalham em regime celetista.

²⁷(Hübler, 2020)

²⁸(Weber & Paganella, 2020)

The background of the page is a complex marbled paper pattern in shades of grey, white, and light green. The pattern consists of intricate, swirling, and cell-like shapes. A faint, semi-transparent image of a person's hand is visible in the center, with the index finger pointing towards the text.

**ENCUENTROS
BIBLIOGRÁFICOS**

ASAS, Revista de Cultura e História da Aviação. (25 de abril de 2020). Operação COVID-19 já envolve mais militares brasileiros que a Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <https://www.edrotacultural.com.br/operacao-covid-19-ja-envolve-mais-militares-brasileiros-que-a-segunda-guerra-mundial/>;

BARROS, L.P.; KASTRUP, V. (2015). Cartografar é acompanhar processos. In: Eduardo Passos; Virginia Kastrup; Liliana da Escóssia (Org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina;

BARROS, M. E. B.; PIMENTEL, E. H. C. (2012). Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas psi. Revista Polis e Psique, 2(2): 3-23;

BRASIL (1998). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm;

BUTLER, J. (2015). Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;

BUTLER, J. (2020). Traços Humanos nas superfícies do mundo. n-1 edições. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/042/>;

CALIMAN, L.V.; TAVARES, G.M. (2013). O biopoder e a gestão dos riscos nas sociedades contemporâneas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 934-945;

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo;

DELEUZE, G. (1996). O que é um dispositivo. In: O Mistério de Ariana. Lisboa: Vega;

DELEUZE, G. (2000). Diferença e repetição. São Paulo, Relógio D'água;

DELEUZE, G; GUATTARI, Félix. (1992). O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Editora 34;

DEMETRI, F. (2018). Judith Butler: a filósofa da vulnerabilidade. Salvador: Devires;

DINIZ, D. (2020a). [Sem título]. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/CEz-85QHcOJ/>;

DINIZ, D. (2020b). [Sem título]. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/CF5eSmDnijg/>;

DINIZ, D. (2020c). [Sem título]. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/CF3HhDgneIn/>;

DINIZ, D. (2020d). Reliquia.rum. [Perfil em Instagram]. Disponível em:
<https://www.instagram.com/reliquia.rum/>;

DINIZ, D. (2020e). In: COSTA, M. (5 de maio de 2020). O último adeus: artista plástico e antropóloga reúnem em delicado relicário virtual histórias de mulheres vítimas de Covid. Uol Universa. Disponível em:
<https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/ultimo-adeus/#page1>;

DINIZ, D. (5 de maio de 2020). In: COSTA, M. O último adeus: artista plástico e antropóloga reúnem em delicado relicário virtual histórias de mulheres vítimas de Covid [reportagem]. Disponível em:
<https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/ultimo-adeus/#cover>;

FOUCAULT, M. (1979). Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal;

FOUCAULT, M. (2008a). Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes;

FOUCAULT, M. (2008b). Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes;

FOUCAULT, M. (2016). Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes;

FOUCAULT, Michel. (2003). Ditos e Escritos IV. Mesa-redonda de 20 de maio de 1978. Rio de Janeiro: Forense Universitária;

G1 ECONOMIA. (2 de junho de 2020). Regulamentação dos direitos das domésticas é publicada: trabalhadoras terão adicional noturno, seguro-desemprego e mais 5 direitos. Emenda constitucional foi promulgada pelo Congresso em abril de 2013. São Paulo. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/06/regulamentacao-dos-direitos-das-domesticas-e-publicada.html>;

GALVÃO, P. (26 de junho de 2020). Quatro meses de guerra: Brasil luta contra o coronavírus desde 26 de fevereiro, mas tem perdido batalhas importantes e ainda não conseguiu frear contaminação. Estado de Minas. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/06/26/interna_nacional.1160059/quatro-meses-de-guerra.shtml;

KRENAK, A. (2019). Ideias para Adiar o Fim do Mundo. Companhia das Letras. São Paulo;

LEMOS, V. (20 de março de 2020). Ministério Público do Trabalho analisa morte de doméstica no RJ após patroa ter coronavírus. BBC News Brasil em São Paulo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51982465>;

MBEMBE, A. (2017). Políticas da Inimizade. Lisboa: Antígona;

MBEMBE, A. (2020). O direito universal à respiração. n-1 edições. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/53>;

MEDEIROS, J. (30 de setembro de 2019). É possível derrotar a guerra aos pobres: os partidos do campo democrático devem estimular um amplo debate em torno de saídas para a crise social que atinge o país. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/01/opinion/1569888259_146789.html;

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2002). O sistema público de saúde brasileiro. Brasília. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_saude.pdf

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2020a). O que é Covid-19. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>;

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2020b). Covid-19 no Brasil. [Painel Interativo]. Disponível em: https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html;

NICOLELIS, M. (5 de junho de 2020). In: Uol Notícias. “Covid-19 será a maior guerra da história do Brasil”, diz Nicolelis. São Paulo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/05/covid-19-sera-a-maior-guerra-da-historia-do-brasil-diz-nicolelis.htm>;

NJERI, Aza. (6 de junho de 2020). In: ZAMBAN, G.; ZULIANELLO, R.; VISENTIN, R. (produtores). Acabou o Papel #003 - As raízes do racismo na sociedade c/ Aza Njeri e Gabi Picancio [áudio em podcast];

NOGUERA, R; SEIXAS, R. L.; ALVES, B. F. (2019). A necropolítica na eminência do devir-negro do mundo. Voluntas: Revista Internacional de Filosofia. v. 10, Ed. Especial: Interfaces da Filosofia Africana;

OPUS - Pesquisa & Opinião. (s/d). Tipos de Voto: Útil, Estratégico, Ideológico, de Exclusão e de Cabresto. Disponível em: https://www.opuspesquisa.com/blog/eleitoral/tipos-de-voto/#Voto_util;

POLITIZE. (16 de setembro de 2020). Laissez-faire: o que essa expressão significa e quem a criou? Disponível em: <https://www.politize.com.br/laissez-faire/>;

SOPRANA, F. (11 de outubro de 2019). Marchezan diz que 'quer levar médico e atendimento de rico para os pobres, periferia e comunidades'. Jornal do Comércio, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/politica/2019/10/707159-marchezan-diz-que-quer-levar-medico-e-atendimento-de-rico-para-os-pobres-periferia-e-comunidades.html>;

TRINDADE, R. (s/da). Foucault e o Neoliberalismo. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2019/06/03/foucault-e-o-neoliberalismo/>;

TRINDADE, R. (s/db). Foucault - três estratégias do poder. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2019/06/16/foucault-tres-estrategias-do-poder/>;

VASCONCELOS, C. (4 de junho de 2020). “Enquanto as redes falavam ‘blacklivesmatter’, perdemos outra criança negra para o racismo”: morte do menino Miguel Silva, após negligência da patroa de sua mãe, revolta trabalhadoras domésticas. Advogada adverte que punição ultrasevera agora pode se voltar contra mães no futuro. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-05/enquanto-as-redes-falavam-blacklivesmatter-perdemos-outra-crianca-negra-para-o-racismo-enraizado.html>:

WEBER, J.; PAGANELLA, E. (24 de setembro de 2020). Após anúncio de demissões, servidores do Imesf protestam no centro de Porto Alegre: prefeitura começou a entregar as notificações de desligamento e deve transferir mais 61 postos de saúde para instituições privadas. Gaúcha ZH, Porto Alegre. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/09/apos-anuncio-de-demissoes-servidores-do-imesf-protestam-no-centro-de-porto-alegre-ckfh5n3xb0015014k8lgnh581.html>